ATA DA REUNIÃO DE

VINTE E DOIS DE SETEMBRO DE 2026

-----No dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor Nuno Miguel Martins Bandeira, na qualidade de Vice-Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Jaime Miguel Fernandes Garcia, Luís Miguel Monteiro Baeta Alves, Paula Cristina Silva Matos Neves e Ana Paula Rodrigues Gonçalves. ----------

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Andreia Rafaela Gaspar Vidal.----------

-----O senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, pelas dezoito horas, agradecendo na pessoa do senhor Presidente, António Alberto Figueiredo, ao Executivo Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, a recetividade e disponibilidade demonstradas para acolher a presente reunião descentralizada, a qual tem como objetivo promover uma maior proximidade entre o Executivo e a população, permitindo conhecer, no local, as principais necessidades, preocupações e propostas da comunidade.----------

-----De seguida deu início à ordem de trabalhos. ----------

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

1.1. – FALTAS ----------

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE----------

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES----------

2 – PÚBLICO----------

3 – ORDEM DO DIA ----------

3.1 – ATA DA REUNIÃO DE 09.09.2026 ----------

3.2 – MUNICIPIO DE BRAGA / VOTO SOLIDARIEDADE ÀS VÍTIMAS DA TEMPESTADE KRISTIN ----------

3.3 – ERSAR/ REGULAMENTO Nº 1160/2026: REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS ----

3.4 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/3 ----------

3.5 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/7 ----------

3.6 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/9 ----------

3.7 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/10 ----------

3.8 – ESTUDO PRÉVIO DA EMPREITADA DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DA SAMOURA PARA ESPAÇO COWORKING COM USO INDUSTRIAL E SERVIÇOS ----------

3.9 – ESTUDO PRÉVIO DA EMPREITADA DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO ANTIGO HOSPITAL DE GÓIS PARA ESPAÇO COWORKING ----------

3.10 – LICENCIAMENTO OU COMUNICAÇÃO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO/PROCESSO Nº 2024/450.10.204/114/ EMISSÃO DE PARECER ----------

3.11 – CONCEÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AUTO CONSUMO FOTOVOLTAICA NAS INSTALAÇÕES DO PARQUE MUNICIPAL DE GÓIS/ABERTURA DE PROCEDIMENTO----------

3.12 – RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DE GÓIS - PROPOSTA DE REDUÇÃO DO PAGAMENTO A DOCENTE | ANO LETIVO 2026/2027----------

3.13 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E CAPITAL----------

3.14 – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2026 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA----------

3.15 – RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO (ROC)/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DO 1.º SEMESTRE DE 2026----------

3.16 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA ----------

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA----------

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA----------

1.1 – FALTAS – O senhor Vice-Presidente informou que o senhor Presidente António Rui de Sousa Godinho Sampaio, não iria estar presente na reunião, fazendo-se substituir pelo senhor Luís Miguel Monteiro Baeta Alves, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, na sua atual redação, considerando a sua falta justificada. ----------

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE – O senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo referência aos incêndios que deflagraram no passado fim de semana nos concelhos de Arganil e Vila Nova de Poiares e que, face às elevadas temperaturas que se fizeram

sentir, acabaram por se propagar até ao nosso concelho, nomeadamente à freguesia de Vila Nova do Ceira. Face à disponibilidade e ao empenho da Proteção Civil, das diversas entidades envolvidas e da comunidade, foi possível evitar que o incêndio nesta freguesia atingisse maiores proporções, pelo que apresentou um reconhecido agradecimento a todos os que contribuíram para o combate ao incêndio. Referiu, ainda, que a área ardida na freguesia de Vila Nova do Ceira é de cerca de 150 hectares.----------

-----No âmbito cultural, fez referência à iniciativa "Lavadouros com Alma", realizada nos dias 12 e 19 de setembro de 2026, respetivamente, em Sacões e Amiosinho, que contou com uma excelente programação e à qual se associaram muitos munícipes e amigos. Salientou que esta iniciativa constituiu uma oportunidade de reviver uma tradição do passado, tendo sido manifestado, por diversas pessoas, o desejo de que a mesma seja igualmente dinamizada noutras localidades do concelho. Aproveitou o momento para agradecer à Associação Recreativa e Cultural dos Amigos de Sacões pela colaboração prestada, bem como pelos testemunhos partilhados, que constituem parte importante da história do concelho. O agradecimento foi igualmente extensivo à Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, pelo trabalho previamente realizado neste equipamento, bem como pelo apoio e colaboração prestados durante a iniciativa. Relativamente à iniciativa realizada em Amiosinho, dirigiu um agradecimento aos munícipes Natália e Jaime, pela disponibilidade demonstrada em acolher o evento e pelo empenho e apoio prestados nas atividades realizadas, bem como à Junta de Freguesia de Alvares por todo o apoio no evento. Agradeceu, ainda, a toda a comunidade que se associou à iniciativa, aos colaboradores da Câmara Municipal e à Companhia de Teatro de Vila Nova de Poiares, que marcou presença nas duas iniciativas. ----------

-----No âmbito da atividade desportiva no concelho, fez alusão ao início da nova época desportiva da Secção de Futebol da A.E.R.G., que integra vários escalões, tendo ocorrido um momento de apresentação das respetivas equipas. Neste contexto, agradeceu à Direção da Secção de Futebol e a todos os seus colaboradores pelo trabalho desenvolvido e pelo empenho que, ao longo da presente época desportiva, irão dedicar, contribuindo para o bom funcionamento e desempenho da atividade junto dos diferentes escalões.----------

-----Fez também alusão à 1.ª Prova Híbrida – Hyrox, uma competição de elevada exigência física,

organizada pela Associação RaizGoes, salientando que esta iniciativa trouxe à vila muitos atletas provenientes de vários pontos do país e do estrangeiro. Referiu que a realização deste tipo de iniciativas contribui para dinamizar o concelho para além do período de época alta, permitindo que Góis continue a receber visitantes ao longo do ano.----------

-----Ainda no âmbito das atividades realizadas, fez referência ao Festival Chronosphere, realizado no passado fim de semana, no Parque do Baião, considerando que o mesmo constituiu um êxito, não tanto pelo número de participantes, mas pela qualidade e diversidade da programação apresentada, que incluiu concertos, arte, instalações, workshops e talks subordinadas às temáticas da inclusão e da sustentabilidade. Salientou a preocupação demonstrada com a preservação do meio ambiente, manifestando a expectativa de que esta tenha sido a primeira de muitas edições e que, naturalmente, a iniciativa possa contribuir para atrair ainda mais visitantes ao concelho.----------

-----Prosseguiu, informando que, no dia de ontem, o Município de Góis procedeu à assinatura dos contratos-programa no âmbito da 2ª fase do Programa Territórios Resilientes – intervenções de restabelecimento dos territórios ribeirinhos e das zonas costeiras, onde formalizámos um financiamento de 375 mil euros para a reabilitação e estabilização do Rio Ceira. A intervenção contempla a reparação do açude do Pêgo Escuro, a estabilização de mais de 1200 metros de margens, a aplicação de soluções de engenharia natural e a reflorestação ripícola com espécies autóctones. Efetivamente, trata-se de necessidades que têm vindo a ser identificadas e abordadas nas reuniões da Câmara Municipal, sobretudo ao nível dos açudes e das margens. Embora o valor em causa não seja suficiente para fazer face à totalidade das intervenções que se pretende realizar, constituirá, ainda assim, uma importante ajuda para a concretização dos trabalhos necessários à reposição dos danos causados pela tempestade Kristin. Manifestou, por fim, a expectativa de que os trabalhos possam ser realizados dentro dos prazos estabelecidos.---

-----No âmbito da Semana Europeia do Desporto 2026, que decorre de 22 a 30 de setembro, referiu que o Município de Góis associou-se ao movimento #BeActive com um programa repleto de atividades desportivas, gratuitas e abertas a toda a comunidade, ou seja, corrida/caminhada noturna na vila de Góis (integrada no Dia Europeu Sem Carros); Atividade Física ao Ar Livre para Todos; Ginásio para Todos, Convívio de Ténis, Sessão de Fitness em Cortes, Alvares, Atividade

dedicada ao Dia Mundial do Coração, em Alvares. Neste sentido, apelou à participação de toda a população nestas atividades, as quais serão uma mais-valia para a saúde de todos.----------

-----Concluiu, referindo que no próximo dia 27 de setembro, Dia Mundial do Turismo, o Município de Góis irá levar a efeito a iniciativa "Góis, aqui sente-se a natureza" é dedicada à descoberta e valorização da biodiversidade local, convidando os participantes a conhecer os morcegos e outros animais de hábitos noturnos, num programa que combina conhecimento, experimentação e observação no terreno. A atividade decorre no Espaço Expositivo "Ciclo da Truta de Góis", no Parque da Monteira, em Vila Nova do Ceira, e pretende dar a conhecer a fauna noturna do concelho e a importância dos morcegos para o equilíbrio dos ecossistemas. O evento decorrerá das 16.00 horas às 22.00 horas, carecendo de inscrição junto do Posto de Turismo. ---

-----A Câmara tomou conhecimento.----------

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – A senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves iniciou a sua intervenção agradecendo a realização desta reunião de Câmara descentralizada em Vila Nova do Ceira, na sede desta Freguesia. Assim, deixou, igualmente, um agradecimento ao senhor Presidente António Machado e sua Equipa por receber o Executivo da Câmara Municipal. Referiu ser importante que o Município saia regularmente dos seus espaços habituais e se aproxime das populações, ouvindo os seus problemas, as suas preocupações e também as suas expectativas. Esta é uma forma de reforçar a proximidade e de conhecer melhor, no terreno, a realidade de cada uma das nossas freguesias. A realização desta reunião em Vila Nova do Ceira assume, aliás, um significado especial por ocorrer no início de mais um ano letivo. Referiu que esta freguesia dispõe de uma escola com respostas de pré-escolar e de 1.º ciclo, que representa um espaço de aprendizagem, de crescimento, de encontro e de futuro para as nossas crianças e para toda a comunidade. Por isso, referiu que, esperamos, que não demore a chegar o momento em que possamos afirmar que a tão esperada requalificação seja uma realidade, sobretudo, para as nossas crianças, garantindo-lhes melhores condições para aprender, crescer e construir o seu futuro. Que as salas voltem a encher-se de vozes, de risos, de aprendizagem e de vida, que Vila Nova do Ceira continue a ter uma escola viva, dinâmica e preparada para acolher cada vez mais alunos. Terminou, desejando a toda a comunidade educativa de Vila Nova do Ceira, crianças, famílias, docentes, assistentes e restante comunidade escolar um excelente ano letivo.

Deixou também uma expectativa: quando voltarmos a reunir aqui, possamos estar mais perto de celebrar a concretização da requalificação desta escola.----------

-----O senhor Vice-Presidente sobre a requalificação da EB1 de Vila Nova do Ceira, referiu que é do conhecimento de todos os factos ocorridos no âmbito das várias candidaturas apresentadas para a requalificação deste equipamento escolar. Salientou que, no momento oportuno, será apresentado o projeto para a concretização das tão aguardadas obras de requalificação, com o objetivo de melhorar as condições deste estabelecimento de ensino e, consequentemente, incentivar a frequência de mais alunos. Acrescentou que, no presente ano letivo, este é o estabelecimento de ensino do concelho que apresenta o menor número de alunos, considerando fundamental reverter esta situação e aumentar o número de alunos que o frequentam.----------

-----A senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves na sequência das palavras anteriores sobre o presente ano letivo, aproveitou para informar que o início do novo ano letivo decorreu com normalidade, tendo sido realizados alguns reajustamentos ao nível dos horários dos transportes escolares, bem como da afetação dos trabalhadores que desempenham funções nos estabelecimentos de ensino, de forma a evitar quaisquer constrangimentos aos alunos e respetivos encarregados de educação. Referiu que estas medidas tiveram como objetivo assegurar o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino e o adequado acompanhamento dos alunos, manifestando os votos de que o presente ano letivo decorra da melhor forma e seja um excelente ano letivo para toda a comunidade escolar.----------

----No âmbito das comemorações do centenário de Monsenhor Nunes Pereira, referiu que o Município de Góis assinalou, no passado domingo, 20 de setembro, o percurso comemorativo dedicado a Monsenhor Nunes Pereira com a inauguração de um mural na Igreja de São Gens, em Ponte do Sótão. A cerimónia foi antecedida por uma celebração eucarística, presidida pelo Padre Nuno Santos, Reitor do Seminário Maior de Coimbra, que constituiu um momento de comunhão e encontro da comunidade local, com a participação do Coro-Misto da Associação Educativa e Recreativa de Góis, tendo sido um momento muito intimista e intenso. Seguiu-se o descerramento da inauguração do mural, da autoria do artista Fernando Martins, com o retrato de Monsenhor, imortalizando o autor e a sua obra. O mural inclui uma representação de Nunes Pereira e recupera o desenho original da igreja, encontrado no seu espólio com o apoio da

Oficina-Museu Monsenhor Nunes Pereira, do Seminário Maior de Coimbra. Aproveitou para dirigir um agradecimento a todos quantos tornaram este momento possível, nomeadamente, a Comissão de Culto de Ponte do Sótão, o Seminário Maior de Coimbra e ao Museu Nacional Machado de Castro. Concluiu referindo que, entre as iniciativas levadas a efeito nos diversos concelhos, com o objetivo de assinalar o centenário de Monsenhor Nunes Pereira, o senhor Padre Nuno Santos, Reitor do Seminário Maior de Coimbra, considerou que o projeto promovido pelo Município de Góis foi um dos mais significativos, na medida em que, para além de valorizar e enriquecer o património existente, permitiu também contribuir para a recuperação do património da Igreja, nomeadamente dos vitrais da autoria de Monsenhor Nunes Pereira. Neste sentido, agradeceu a todos quantos deram o seu contributo para a concretização desta iniciativa, contribuindo para que este momento fosse um verdadeiro êxito.----------

-----Na sequência do projeto promovido pela Comissão de Melhoramentos da Roda Cimeira, denominado "Aldeias e Regionalismo, que Futuro?", e integrado numa perspetiva de reflexão sobre o centenário do Regionalismo, referiu que o mesmo tem como objetivo promover uma reflexão e um estudo sobre o estado em que se encontram muitas das nossas aldeias e sobre as possíveis formas de inverter a atual situação, nomeadamente no que respeita à perda de população, realidade que é visível no nosso território, mas também noutros territórios do país. Neste âmbito, foram convidadas todas as entidades do concelho a associarem-se a este momento de partilha e reflexão, através da realização de encontros. Até à presente data, tiveram lugar dois encontros, nos quais foram constituídos grupos de trabalho e lançados diversos temas para debate, tendo a floresta sido a temática que assumiu maior predominância. Referiu que esta temática se revela particularmente pertinente, tendo em conta que o nosso concelho se encontra profundamente enquadrado por serras e vales arborizados, bem como pela ocorrência de fogos rurais durante a época de maior calor, constituindo esta uma preocupação de todos aqueles que vivem e desenvolvem a sua atividade nestes territórios. No seguimento dos encontros anteriores referiu que no próximo dia 26 de setembro, irá realizar-se uma sessão com a Dr.ª Iryna Skulska, doutorada em Engenharia Florestal e Recursos Naturais, uma das maiores especialistas em baldios em Portugal, seguindo-se, naturalmente, a discussão do tema numa ótica de colher alguns contributos para uma melhor gestão e desenvolvimento do nosso

território para que possamos tornar as nossas aldeias mais resistentes e resilientes.----------
----O senhor Vice-Presidente relativamente ao início do novo ano letivo referiu que dos procedimentos abertos para recrutamento de professores para as AEC's apenas um dos lugares ficou deserto esperando, contudo, que a breve prazo o lugar possa o lugar estar ocupado.--------
-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia iniciou a sua intervenção cumprimentando o Executivo da Junta de Freguesia, na qualidade de anfitrião da presente reunião, manifestando a sua satisfação por se encontrar em Vila Nova do Ceira. Referiu a importância da realização de reuniões descentralizadas, considerando relevante a possibilidade de aproximar os órgãos autárquicos das populações e de promover uma maior participação do público. Sublinhou, ainda, que estas reuniões constituem uma oportunidade para ouvir as populações e debater questões e temas diretamente relacionados com a realidade e as necessidades de cada freguesia.----------
-----Seguidamente apresentou uma palavra relativamente aos incêndios que, no passado fim de semana, tiveram origem nos concelhos vizinhos de Vila Nova de Poiares e Arganil e acabaram por atingir também o nosso, na freguesia de Vila Nova do Ceira. Antes de mais, uma palavra de reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que estiveram envolvidos no combate: aos Bombeiros, aos restantes agentes de proteção civil, às autoridades, às autarquias e às populações que, mais uma vez, estiveram presentes e colaboraram na defesa das suas comunidades, das suas casas e dos seus bens. Destacou, naturalmente, o papel dos Bombeiros. Perante a evolução do incêndio, assistimos a uma resposta rápida, organizada e com uma mobilização significativa de meios, que permitiu controlar a situação em algumas horas e evitar consequências que poderiam ter sido muito mais graves. Para quem viveu os grandes incêndios de outubro de 2017, esta situação inevitavelmente trouxe de volta memórias difíceis. Há nove anos, a dimensão e, sobretudo, a simultaneidade dos incêndios colocaram uma enorme pressão sobre todo o dispositivo de socorro, deixando muitas populações praticamente entregues a si próprias perante o avanço do fogo. Desta vez, felizmente, a realidade foi diferente. Não obstante algumas falhas pontuais, é justo reconhecer a evolução verificada na capacidade de organização, mobilização e resposta do dispositivo de combate. Mas este episódio deve também servir-nos de alerta para a correção de alguns aspetos importantes, nomeadamente a existência de bocas de

incêndio inoperacionais. Numa situação de emergência, em que cada minuto pode ser determinante, não é aceitável que um equipamento destinado precisamente ao apoio ao combate não esteja em condições de funcionar. Trata-se de uma falha grave, que justifica uma verificação urgente e sistemática da operacionalidade das bocas de incêndio existentes no concelho, em particular nas zonas de maior risco. Ficou igualmente demonstrada a importância de manter a vegetação ribeirinha junto aos açudes devidamente gerida e podada. Estes locais podem assumir uma função importante como pontos de abastecimento de água aos meios aéreos, mas para isso é necessário garantir condições de aproximação e operação em segurança dos helicópteros. São situações concretas que demonstram que a prevenção não se resume à limpeza da floresta. Implica preparar antecipadamente infraestruturas, acessos, pontos de água e condições de operação dos meios de socorro, verificando regularmente se estão efetivamente disponíveis quando são necessários. Por isso, tão importante como termos capacidade para responder rapidamente quando surge uma ignição é continuarmos a trabalhar para impedir que essa ignição encontre condições para se transformar num grande incêndio. Isso exige vigilância permanente, gestão ativa da floresta, manutenção das faixas de gestão de combustível, proteção das aldeias, continuidade dos Condomínios de Aldeia e, sobretudo, uma paisagem mais organizada e diversificada, criando descontinuidades que dificultem a progressão do fogo e proporcionem melhores condições para o seu combate. O que aconteceu neste fim de semana terminou, felizmente, de forma muito diferente daquilo que todos recearam quando viram novamente o fogo aproximar-se das nossas aldeias. Devemos reconhecer e agradecer a eficácia da resposta. Mas devemos também retirar uma conclusão: não podemos baixar a guarda. A capacidade de combate é fundamental, mas a melhor proteção continuará sempre a ser aquela que construirmos antes do incêndio começar, através da prevenção, da preparação das populações e de uma organização do território que reduza a possibilidade de um fogo se transformar numa tragédia.----------

-----Apresentou uma palavra sobre a primeira edição do Festival Chronosphere, que decorreu no passado fim de semana, em Góis. Independentemente da avaliação que naturalmente terá de ser feita pela organização e pelo Município e, admitindo que a adesão possa ter ficado abaixo das expectativas inicialmente criadas, considerou importante valorizar a realização, em Góis, de

um evento com estas características e, sobretudo, não retirar conclusões precipitadas a partir de uma primeira edição. O Chronosphere apresentou-se como um conceito diferenciador no panorama dos eventos realizados no nosso concelho: um festival de música eletrónica, arte e cultura, realizado em plena natureza, com um cartaz que reuniu artistas nacionais e internacionais e com uma preocupação assumida com a sustentabilidade, a inclusão e a acessibilidade, nomeadamente para públicos neurodivergentes. É precisamente este tipo de iniciativas, dirigidas a públicos diferentes daqueles que habitualmente procuram o nosso território, que pode contribuir para diversificar a oferta cultural e turística de Góis, projetar o nome do concelho junto de novos públicos e criar novas razões para visitar e permanecer no nosso território. Naturalmente, uma primeira edição serve também para aprender. Importa agora perceber o que correu bem, o que pode ser melhorado, qual foi efetivamente o impacto económico e turístico no concelho e de que forma poderá existir uma maior ligação do festival à comunidade, às associações e aos agentes económicos locais. Deixou uma palavra de alento à organização e de disponibilidade para a continuidade deste projeto. Temos, aliás, em Góis, um exemplo que nos deve fazer refletir. A Concentração Mototurística de Góis, hoje um evento de dimensão e reconhecimento internacional, capaz de trazer ao nosso concelho dezenas de milhares de pessoas, começou em 1994 com apenas cerca de 150 participantes. Naturalmente, são eventos diferentes e de épocas diferentes. Mas há uma lição que podemos retirar dessa experiência: os grandes eventos raramente nascem grandes. Precisam de tempo para conquistar público, criar identidade, corrigir erros, ganhar notoriedade e estabelecer uma relação duradoura com o território que os acolhe. Por isso, parece-me importante que a Câmara Municipal, salvaguardando naturalmente uma avaliação rigorosa desta primeira edição e das condições de qualquer apoio municipal, mantenha abertura e disponibilidade para apoiar a continuidade e consolidação do Chronosphere. Se queremos afirmar Góis como um território capaz de acolher eventos diferenciadores, inovadores e com capacidade para atrair novos públicos, temos também de estar disponíveis para lhes dar tempo para crescer. Espero, por isso, que esta primeira edição não seja vista apenas pelo número de participantes que conseguiu trazer a Góis, mas sobretudo como o primeiro passo de um projeto que merece ser avaliado, melhorado e ao qual deve ser dada a oportunidade de se afirmar.----------

----Relativamente à freguesia de Vila Nova do Ceira referiu que ira colocar algumas questões as quais, já foram anteriormente abordadas nesta Câmara importando conhecer a evolução entretanto verificada.----------

-----Relativamente à EN 342-3, entre a Várzea Grande e o limite do concelho, junto ao Cerro da Candosa, referiu que os Vereadores do PS têm vindo a alertar para as deficientes condições de segurança deste troço, quer pela reduzida aderência do piso, sobretudo em períodos de chuva, quer, principalmente, pela zona onde ocorreu o deslizamento da barreira. Esta situação preocupa-nos particularmente. Aproximamo-nos de uma nova época de chuvas sem que tenha sido realizada uma intervenção definitiva e existe o risco de a precipitação provocar novos movimentos de terras ou agravar o deslizamento, aumentando o perigo para quem utiliza esta via. Na reunião de 9 de junho foi feita referência à existência de um procedimento para intervenção naquele local. Perguntou, por isso: qual é o seu ponto de situação, que trabalhos estão previstos para estabilizar e reabilitar a zona afetada e quando serão executados. Paralelamente, continua a justificar-se a melhoria do piso e da sinalização deste troço, sendo particularmente evidente a diferença das condições do pavimento quando se entra no concelho da Lousã.----------

-----Uma segunda situação diz respeito à EN 2, na Fonte do Soito, junto ao ramal da Várzea Grande. Na reunião de 14 de julho, o Sr Presidente reconheceu que aquele local carecia de uma intervenção mais profunda. Entretanto, os abatimentos e irregularidades do pavimento voltam a ser muito evidentes e representam um risco para a circulação. Após a recente limpeza da encosta e das margens do rio, tornou-se ainda mais percetível que um despiste naquele local poderá ter consequências muito graves. Mas a solução não pode limitar-se ao pavimento. É necessário resolver definitivamente as infiltrações de águas residuais, com implicações na qualidade da água do rio Ceira. Esta questão é particularmente relevante quando pretendemos recuperar o galardão Bandeira Azul para a Praia Fluvial das Canaveias, para o qual a qualidade da água é uma condição essencial. Neste sentido, questionou se existe já uma solução integrada para a Fonte do Soito, contemplando a segurança e estabilização da EN 2 e a resolução das infiltrações de águas residuais, em articulação com a APIN, e qual o calendário previsto para a intervenção.----------

-----Passando aos investimentos, referiu que desejava ter conhecimento sobre o ponto de situação de três projetos importantes para Vila Nova do Ceira:----------

-----O primeiro é a reabilitação do Jardim de Infância e EB1 de Vila Nova do Ceira. O projeto de execução encontra-se aprovado e tecnicamente validado. Existe financiamento assegurado, quando será lançado o procedimento para a empreitada e quando se prevê o início da obra.-----

-----O segundo é a requalificação dos arruamentos em torno do Adro da Igreja, na Várzea Grande. Também aqui o projeto de execução está aprovado. Qual é o passo seguinte e que calendário existe para a concretização da intervenção.----------

-----Finalmente, o alargamento da Praia Fluvial das Canaveias, associado aos terrenos anexos adquiridos pelo Município e ao futuro Parque de Caravanismo. Na reunião de 28 de julho, questionámos em que fase se encontrava este projeto, tendo o senhor Presidente referido não dispor então dos elementos necessários para responder. Nesse sentido, questionou se já existe um projeto ou solução definida para aqueles terrenos, bem como qual é concretamente a intervenção prevista para o alargamento da Praia das Canaveias e para o Parque de Caravanismo, e existe financiamento e calendarização para a sua concretização. Referiu estarmos perante problemas há muito identificados e investimentos já anunciados, alguns dos quais com projetos de execução aprovados. Sublinhou que mais do que voltar a discutir a sua necessidade, aquilo que pretendemos saber é muito simples: o que avançou entretanto, o que falta fazer e quando poderemos ver estas intervenções concretizadas no terreno.----------

-----Por fim, referiu que gostaria de deixar uma breve nota relativamente ao Hotel do Mel – Casa da Costeira, em Vila Nova do Ceira, uma unidade hoteleira que se encontra em fase final de conclusão e que representa um investimento muito relevante para a freguesia e para todo o concelho de Góis. Referiu que recentemente foi-nos informado que a Cooperativa Social e Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira terá decidido, em Assembleia Geral, avançar para uma solução que poderá passar pela venda ou pela concessão da exploração desta unidade hoteleira. Naturalmente, tratando-se de uma decisão de uma instituição privada, compete-nos respeitá-la. Mas não podemos deixar de manifestar alguma preocupação, porque estamos perante um investimento de grande importância para Vila Nova do Ceira e para o concelho, num setor em que Góis continua a necessitar de reforçar significativamente a sua capacidade de alojamento

turístico. Face ao exposto, apresentou uma palavra de confiança na Cooperativa e nos seus órgãos sociais, uma instituição com uma longa história e um papel muito relevante na nossa comunidade, esperando que este processo possa ser conduzido com sucesso e celeridade e que seja possível encontrar uma solução sólida que assegure a conclusão do investimento e a efetiva abertura da unidade hoteleira. Mais do que a solução concreta que venha a ser encontrada ou quem venha a assumir o projeto, aquilo que verdadeiramente importa para o concelho é que este investimento não fique parado e possa cumprir o objetivo para que foi pensado: criar alojamento, gerar atividade económica e emprego, valorizar Vila Nova do Ceira e contribuir para o desenvolvimento turístico de Góis. Perante a importância estratégica deste investimento, entendemos que o Município não deve limitar-se a acompanhar o processo. Deve procurar ser parte ativa na procura de uma solução, naturalmente respeitando a autonomia da Cooperativa, estabelecendo os contactos que possam ser úteis, contribuindo para a divulgação desta oportunidade junto de potenciais investidores ou operadores do setor e disponibilizando toda a colaboração institucional que esteja ao seu alcance. É importante que Cooperativa e Município possam trabalhar em conjunto para que seja encontrada, com a maior brevidade possível, uma solução que permita concluir este projeto e abrir finalmente esta unidade hoteleira, colocando-a ao serviço do desenvolvimento económico e turístico de Vila Nova do Ceira e de todo o concelho de Góis.----------

-----O senhor Vice-Presidente, relativamente às bocas de incêndio, fez alusão à reportagem transmitida pelas redes sociais de um órgão de comunicação social, lamentando a forma como a situação foi apresentada. Referiu não ter conhecimento se as palavras proferidas pelo senhor Vereador se reportavam à situação vivida no Carapinhal. Contudo, esclareceu que os pontos de água em causa se encontram operacionais, uma vez que, assim que a situação foi reportada, os serviços municipais se deslocaram de imediato ao local, tendo verificado a operacionalidade daqueles equipamentos. Todavia, apesar de não saber a que boca de incêndio se reportava a referida reportagem, sublinhou que, após a visualização do vídeo, se deslocou ao local, onde pôde constatar o funcionamento da mesma. Lembrou, ainda, que nenhum agente de proteção civil lhe transmitiu que, aquando da utilização das bocas de incêndio, alguma delas se encontrasse inoperacional. Efetivamente existe uma situação na localidade de Chapinheira que

se encontra a ser verificada com o Município de Arganil, porquanto a rede ali instalada é da competência desta autarquia, existindo uma boca de incêndio instalada na parte do território pertença de Góis, tendo para o efeito sido informada que a mesma não estaria em funcionamento, contudo os serviços deslocaram-se ao local e, também, constaram que a mesma se encontrava em funcionamento. Poderá, eventualmente, existir algum tipo de anomalia neste equipamento, contudo estando o mesmo situado no território do Município de Arganil foi comunicado ao senhor Vereador deste Município tendo sido informado que iriam ser envidados esforços para colmatar todas estas situações. Ainda sobre o combate ao incêndio informou que os meios aéreos abasteceram nos tanques existentes no Município de Arganil e também no nosso, tendo para o efeito sido reposta a água no tanque localizado junto à aldeia da Telhada, co concelho de Góis. Sobre a limpeza de vegetação referiu ter o Município feito a mesma, nomeadamente, junto ao açude do Juncal por forma a que em caso de ocorrência os meios aéreos pudessem ali atestar, facto que veio a realizar-se, agradecendo os trabalhos realizados.----------Relativamente à limpeza das faixas de gestão de combustível, referiu que, apesar da existência de diferentes opiniões nesta matéria, é sua convicção de que este trabalho deve ser realizado. Como exemplo, apontou a zona que foi afetada pelo incêndio, salientando que, após a ocorrência, foi possível circular quase em toda a área sem grande dificuldade, o que, no seu entender, demonstra a importância da realização destes trabalhos. Efetivamente uma das vias, entre Barreiro-Campelo, cujos trabalhos não foram realizados levou a que a mesma tivesse ficado intransitável devido à vegetação em virtude da existência de um número considerável de árvores que o fogo derrubou para a via, daí entender ser deveras importante a limpeza das faixas de gestão.----------

-----Relativamente ao Festival Chronosphere, referiu já ter apresentado a sua opinião sobre o evento, sublinhando que, numa reunião preparatória com os seus promotores, deu como exemplo a evolução da Concentração Mototurística ao nível da participação. Salientou que este evento, nos dias de hoje, alcançou um número considerável de participantes, manifestando a expectativa de que, futuramente, o Festival Chronosphere possa igualmente evoluir e afirmar-se como mais um evento capaz de atrair novos visitantes ao concelho de Góis.----------

------Relativamente à EN342-3, referiu que a primeira opção equacionada para esta via seria

semelhante à adotada pelo Município da Lousã, consistindo apenas na aplicação de uma camada de desgaste sobre o piso existente. Todavia, concluiu-se que esta não seria a solução mais viável, passando a intervenção pela pavimentação integral da via. No que respeita à derrocada ocorrida nesta via, referiu que a solução passará pelo alargamento da mesma do lado esquerdo, faltando ainda encetar os necessários procedimentos junto dos proprietários, em alternativa à construção de um paredão do lado direito, considerando o sentido ascendente da via. Relativamente à questão da Fonte do Soito, referiu que o projeto se encontra concluído, salientando que a solução não passa apenas pela intervenção no piso, sendo que, caso os trabalhos se limitassem exclusivamente à pavimentação, provavelmente, os mesmos já teriam sido executados. Relativamente à requalificação da EB de Vila Nova do Ceira, referiu que o Município não foi abrangido pelos apoios disponíveis até à presente data. Contudo, assim que surgir uma oportunidade de financiamento adequada, será apresentada uma candidatura para esse efeito. Sobre a requalificação dos arruamentos junto do Adro da Igreja referiu que o projeto se encontra elaborado, não tendo informação suficiente sobre o ponto de situação deste processo, pelo que a senhora Chefe da DOUPA poderá efetivamente pronunciar-se sobre este assunto. Quanto à Praia Fluvial das Canaveias, referiu que, presentemente, o projeto existente incide sobretudo sobre a área atualmente ocupada e sobre possíveis melhorias na zona envolvente. Salientou, contudo, que o terreno localizado a jusante poderá vir a acolher um excelente parque, por reunir condições para esse efeito. Acrescentou que, futuramente, poderá ser desenvolvido um novo projeto abrangendo toda esta zona, incluindo os terrenos recentemente adquiridos pelo Município. Terminou fazendo alusão ao Hotel do Mel, referindo que o Município tem vindo a acompanhar o processo em questão, quer junto do Turismo de Portugal, quer junto da CIM Região de Coimbra, a par de algumas reuniões que têm sido promovidas com potenciais investidores. Sublinhou que, possivelmente, a solução mais viável poderá passar pela exploração do equipamento por uma rede hoteleira, de forma a garantir que este investimento possa alcançar o sucesso para o qual foi concebido.----------

-----Dada a palavra o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que, relativamente às bocas de incêndio, a sua intervenção teve por base as publicações existentes nas redes sociais. Todavia, sublinhou considerar importante que, numa lógica de prevenção e no âmbito dos

projetos Aldeia Segura, não sejam apenas as entidades de proteção civil a ter acesso às bocas de incêndio, mas que também a população possa dispor desse acesso em caso de necessidade. Acrescentou que, caso exista uma boca de incêndio desativada será importante que a mesma se encontre devidamente sinalizada, admitindo que tal possa já acontecer. Salientou, contudo, que a boca de incêndio que não se encontre em funcionamento deverá estar devidamente fechada, de forma a evitar situações como a que foi transmitida. De igual modo, referiu considerar importante que a população tenha conhecimento da localização das bocas de incêndio, uma vez que estas poderão ser utilizadas no período que antecede a chegada dos meios de socorro.----------O senhor Vice-Presidente no âmbito do programa Aldeias Seguras referiu que existe um agente local, dando como exemplo a aldeia do Carapinhal, onde o próprio tem conhecimento da localização exata das bocas de incêndio existentes, bem como das circunstâncias em que estas podem ser utilizadas. Acrescentou que o referido agente esteve presente no local, conforme pôde constatar, tendo informado de que a população daquela localidade se encontrava tranquila, não lhe tendo sido transmitida qualquer ocorrência ou problema relacionado com aquele equipamento. Face ao exposto, referiu que quando os órgãos de comunicação social deram enfâse a que um dos equipamentos não funcionava, naturalmente, estranhou, tendo dado indicação aos serviços para se deslocarem ao local e verificarem a veracidade dos factos. Sobre o acesso às bocas de incêndio pela população para fazer face a uma eventual situação de incêndio, referiu que existem regras específicas para a sua utilização, nomeadamente no sentido de evitar o desperdício de água e garantir que, quando esta seja efetivamente necessária pelos meios de proteção civil, se encontre disponível.----------O senhor Vereador Luís Miguel Monteiro Baeta Alves iniciou a sua intervenção fazendo referência à reunião descentralizada, salientando a importância da realização da mesma, por permitir a participação dos fregueses de Vila Nova do Ceira, nomeadamente através da apresentação de assuntos de interesse para a comunidade e do respetivo esclarecimento. Fez uma abordagem ao incêndio rural ocorrido recentemente nesta freguesia, na sequência dos incêndios registados em concelhos limítrofes, o qual resultou, naturalmente, em alguns prejuízos para produtores, manifestando a sua solidariedade para com os mesmos. Ainda a este propósito, referiu que o contributo dos meios aéreos constituiu, sem dúvida, uma mais-valia no combate

ao incêndio e na sua extinção, a par do trabalho desenvolvido pelas equipas de bombeiros que estiveram no terreno, bem como da prestimosa colaboração prestada pelos populares. Salientou que alguns lugares da freguesia, nomeadamente Chapinheira, Campelo e Barreiro, passaram por alguns momentos de sobressalto, considerando, contudo, que não terá sido registada a destruição de qualquer habitação em consequência deste incêndio. Ainda sobre a nossa floresta fez referência à doença do pinheiro, transmitida pelo nemátodo-da-madeira-do-pinheiro, verme que bloqueia os canais de circulação de seiva da árvore, a qual tem atingido na generalidade o nosso concelho, provavelmente devido às temperaturas elevadas que se têm sentido, situação que deveria ser estudada pelo Serviço de Ambiente e Florestas no sentido de serem tomadas algumas medidas preventivas. Sobre outras questões ambientais apresentou a sua preocupação relativamente ao depósito de lixo no Vale da Lapa referindo que tem sido uma prática recorrente de alguns cidadãos depositarem ali monos, entre outros, pelo que terá de se tomar uma decisão que inverta esta situação, tendo apresentado como exemplo câmaras de filmar. ----------

-----Relativamente ao Festival Chronosphere referiu que o evento trouxe novos visitantes a Góis, contribuindo para que a vila registasse maior movimento durante o fim de semana. Considerou, contudo, que, provavelmente, a ocorrência do incêndio terá levado muitas pessoas a não participar no evento, por uma questão de segurança. Salientou, ainda, que, tratando-se da primeira edição, esta poderá constituir o ponto de partida para que, em futuras edições, o evento consiga atrair um número crescente de participantes e visitantes.----------

-----Por último, referiu que a Rua 25 de abril, em Vila Nova do Ceira, necessitava de ser requalificada, devido à irregularidade do piso e também a alguns buracos ali existentes, existindo também problemas ao nível do escoamento de águas pluviais. Sublinhou tratar-se de uma via onde residem muitas famílias e com muita movimentação. Concluiu manifestando o seu contentamento relativo aos trabalhos que se preveem realizar em alguns açudes do rio Ceira, margens e galerias ripícolas o que naturalmente contribuirá para a melhoria de toda a zona ribeirinha.----------

-----O senhor Vice-Presidente relativamente à doença do pinheiro, referiu a existência de alguns estudos científicos nesta matéria, salientando, contudo, que ainda não existe um meio eficaz capaz de erradicar esta praga. Acrescentou que o Serviço de Ambiente e Florestas se encontra a

acompanhar esta situação. Sobre a situação do Vale da Lapa referiu que a falta de civismo dos populares, têm-se evidenciado, salientando que já foram equacionados alguns procedimentos para que esta situação possa vir a ser sanada. Sobre o Festival Chronosphere referiu que, para a primeira edição, teve um número considerável de público, sublinhando que todas as atividades levadas a efeito correram bem, esperando que numa próxima edição este festival possa naturalmente atrair mais participantes. No que concerne à Rua 25 de Abril, referiu que, aquando da elaboração da candidatura da zona do Adro ao Programa Bairros Digitais, foi ponderada a possibilidade de integrar esta via no projeto. Contudo, um dos principais requisitos do programa prendia-se com a existência de zonas comerciais, pelo que a referida via não foi integrada na candidatura, a qual, infelizmente, também não foi aprovada. Todavia, tratando-se de uma rua com necessidades especificas, naturalmente terá que ser intervencionada assim que houver oportunidade por parte da Câmara Municipal. De seguida deu a palavra à senhora Chefe da DOUPA para prestar esclarecimentos sobre algumas questões anteriormente colocadas. ----------

------Dada a palavra a senhora Chefe da DOUPA referiu que quanto à EB de Vila Nova do Ceira e Requalificação do Adro da Igreja os projetos de execução encontram-se terminados, sendo que, presentemente, encontram-se em fase de conclusão as candidaturas para que, posteriormente, sejam apresentadas as peças do procedimento para apreciação técnica e lançamento dos respetivos concursos.----------

-----O senhor Vice-Presidente referiu que sobre o projeto de requalificação do Adro da Igreja poderá ser possível que este projeto possa ser incluído na reestruturação do ITI da CIMRC.-------

-----Sobre este assunto a senhora Chefe da DOUPA referiu que está agendada reunião com a CIMRC. Quanto à Praia das Canaveias referiu que o projeto de execução se encontra concluído, faltando apenas uma última apreciação, após a qual as peças do procedimento poderão ser presentes ao Executivo Municipal, tendo em vista o lançamento do respetivo concurso. É um projeto financiado, perspetivando-se o início da obra ainda no ano em curso.----------

-----A Câmara tomou conhecimento.----------

2 – PÚBLICO: ---------- ----------

-----a) O senhor António Alberto Figueiredo Machado, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia Vila Nova do Ceira, apresentou ao Executivo o agradecimento pela presente reunião

estar a ser realizada na freguesia de preside. Na sequência do incêndio ocorrido nesta freguesia agradeceu ao Município, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, à Proteção Civil e também aos Populares pela colaboração no combate ao incêndio. Referiu ter estado na Chapinheira e ter podido constatar a rapidez com que o incêndio ali deflagrou e se propagou, tendo-se posteriormente estendido para Campelo, Vale de Oleiras e Sobreira. Salientou que o fogo tomou proporções difíceis de controlar, devido às condições climatéricas que se fizeram sentir no momento. Sobre as bocas de incêndio referiu que as duas existentes na Chapinheira se encontravam em funcionamento, tendo sido informado de que uma outra, localizada junto à capela, não estaria operacional, podendo, eventualmente, pertencer ao Município de Arganil. Sublinhou que as duas bocas de incêndio em funcionamento foram utilizadas durante a ocorrência. Relativamente à bomba do Carapinhal referiu ter tido a oportunidade, in loco, de verificar o funcionamento desta, pelo que as imagens dos vídeos que circularam em momento algum mostraram se funcionava ou não, uma vez que pode confirmar que estaria operacional para ser utilizada, existindo cinco bocas de incêndio nesta aldeia. Concluiu apresentando um reconhecido agradecimento a todos quantos colaboraram no combate a este incêndio.----------

-----No âmbito da iniciativa Lavadouros com Alma, realizada recentemente em Sacões, referiu ter sido uma excelente jornada, à qual se associaram muitas pessoas, contribuindo para dar vida àquela aldeia. Destacou, igualmente, o trabalho desenvolvido na recuperação do lavadouro ali existente, considerando que este constituirá, sem dúvida, um novo ponto de atração da freguesia.----------

-----Estando a presente reunião a decorrer na freguesia a que preside, referiu que iria apresentar algumas questões, com o objetivo de dar conhecimento a todos do ponto de situação. Começou por abordar a questão do Caracol, já anteriormente esclarecida, uma vez que foi informado de que o projeto se encontra concluído e que, brevemente, serão concretizados os trabalhos necessários. Relativamente à EN342-3, questionou sobre o ponto da via onde ocorreu uma derrocada, encontrando-se, no local, sinalização a alertar para a situação, tendo sido, para o efeito, prestada informação sobre os trabalhos que ali se pretendem realizar. Sobre o pontão da cerâmica, questionou acerca da existência de um projeto para aquele local, bem como o

respetivo objetivo. No que respeita ao Orçamento Participativo, questionou sobre o ponto de situação dos projetos, referindo ter conhecimento de que um deles, relativo à piscina, irá integrar a requalificação da Praia Fluvial das Canaveias. Contudo, salientou que permanecem ainda por concretizar dois projetos, nomeadamente o miradouro no Arrassaio e o monumento à pedra rolada. Terminou questionando se as vias das aldeias desta freguesia que necessitam de pavimentação com betuminoso serão ainda alvo de intervenção durante o presente ano.----------O senhor Vice-Presidente sobre as bocas de incêndio existentes no concelho, informou que é realizada anualmente uma inspeção a estes equipamentos, sendo devidamente identificadas aquelas que não se encontram em funcionamento, de modo a que, em tempo útil, a entidade competente possa proceder à sua remoção e à instalação de um novo equipamento, garantindo, assim, a sua disponibilidade quando necessário. Quanto à questão do pontão da cerâmica e às pavimentações, solicitou à senhora Chefe da DOUPA que se pronunciasse sobre estas matérias. Sobre os projetos do Orçamento Participativo, referiu esperar que, até ao final do corrente ano, todos possam estar implementados.----------Dada a palavra a senhora chefe da DOUPA referiu que, presentemente, não dispõe de informação suficiente para indicar quais as vias que estão contempladas para intervenção na freguesia de Vila Nova do Ceira, pelo que, oportunamente, será remetida essa informação. Relativamente aos projetos do Orçamento Participativo, referiu que tanto o projeto do Miradouro como o do Monumento da Pedra Rolada se encontram concluídos, estando reunidas as condições para o lançamento das respetivas empreitadas. Quanto à piscina na Praia Fluvial das Canaveias, informou que a intervenção será integrada nos trabalhos que se encontram previstos realizar naquele espaço. No que respeita ao pontão da cerâmica, referiu que o respetivo projeto se encontra em fase de conclusão, à semelhança do projeto relativo à EN342-3.----------b) O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, residente em Vila Nova do Ceira, referiu que a sua intervenção se prendia com alguns problemas existentes nesta freguesia. Nesse sentido, convidou todos os presentes a acompanhar uma espécie de viagem virtual pela freguesia, através das suas palavras, dando a conhecer as situações que considerava merecedoras de atenção. Iniciou fazendo alusão ao percurso que liga o Cerejal ao Cerro da Candosa e, ao chegar à ponte do Cerejal, referiu que, ao observar a zona a jusante, convidava todos a fazer um exercício no

sentido de identificar por onde passa o rio Sótão, uma vez que, devido ao excesso de vegetação existente, não é possível visualizar o respetivo leito. Acrescentou que, olhando a montante, a situação é semelhante, manifestando a sua preocupação relativamente ao facto de, em caso de ocorrência de uma cheia, os pilares que sustentam a ponte poderem vir a sofrer danos significativos. Ainda na ponte, ao abrir o vidro do carro, é notável o odor nauseabundo que, recorrentemente, paira naquele local, conforme lhe tem sido transmitido, uma vez que, por razões de saúde, não lhe é possível constatar pessoalmente essa situação. Apesar de ter conhecimento de que o referido odor será proveniente de uma empresa privada, a qual, segundo lhe foi transmitido, cumpre as normas legalmente estabelecidas, questionou se existe algum acompanhamento por parte da Câmara Municipal relativamente ao funcionamento da mesma. Mais questionou se, relativamente ao rio Sótão, está prevista alguma intervenção destinada à remoção do excesso de vegetação existente no leito do rio, no sentido de prevenir eventuais danos nos pilares da ponte em caso de ocorrência de cheias.----------

-----Seguindo o percurso e parando no local onde ocorreu uma derrocada aquando das últimas intempéries, referiu que, face aos esclarecimentos prestados pelo senhor Vice-Presidente, a reposição da situação afigura-se mais complexa do que inicialmente se previa, uma vez que a ocorrência se estende desde a via até à ponte existente na Murtinheira. Considerou tratar-se de uma situação extremamente complicada, que irá exigir a realização de uma obra igualmente complexa. Todavia, referiu que também lhe suscita preocupação o lado esquerdo da via, onde verificou que a valeta existente se encontra entulhada, encontrando-se o alcatrão naquela zona bastante danificado, o que significa que a via estará a ficar sem suporte na sua parte inferior. Alertou, nesse sentido, que, não sendo assegurado o adequado escoamento das águas através da valeta, com a ocorrência das primeiras chuvas estas poderão encaminhar-se para o eixo da via, podendo, efetivamente, provocar o corte da estrada, à semelhança do que aconteceu com a EN342, no acesso de Góis a Arganil. Referiu que com as suas palavras, pretendeu apenas alertar para a situação atualmente existente, salientando tratar-se de uma intervenção de elevada complexidade.----------

-----Continuando o percurso até ao Cerro da Candosa, solicitou um olhar em direção à Várzea, assim denominada por se tratar de uma zona de terreno fértil, plano e agrícola. Referiu que o

objetivo da sua intervenção era chamar a atenção para a importância da água e da rega naquela zona. Salientou ter lido num órgão de comunicação social que a Câmara Municipal recebeu 375.000,00 € destinados a investimentos nas zonas ribeirinhas, algumas das quais já se encontram devidamente sinalizadas. Nesse sentido, considerou importante ter em conta que o percurso do rio Ceira abrange também a freguesia de Vila Nova do Ceira, não se limitando à vila de Góis, existindo outros açudes que necessitam de intervenção. Sublinhou, por isso, que, na sua perspetiva, as intervenções não deverão incidir apenas sobre os açudes que servem as praias fluviais. Referiu que, na freguesia de Vila Nova do Ceira, ainda existem muitos cidadãos que se dedicam à agricultura, salientando que esta atividade não constitui necessariamente uma fonte de enriquecimento, mas representa, para muitos, um importante complemento do rendimento e uma atividade à qual atribuem valor. Concluiu esclarecendo que as suas palavras tinham apenas o propósito de sensibilizar a Câmara Municipal para a importância desta prática agrícola, própria de quem vive e trabalha nestes territórios. Ainda nesta matéria, dirigiu-se à Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira relativamente aos regadios tradicionais, salientando a importância da sua utilização e manutenção, uma vez que, caso deixem de ser utilizados por quem se dedica ao cultivo, poderão ficar ao abandono. Alertou, igualmente, para o facto de esta situação poder contribuir para que, em caso de incêndio, os próprios terrenos agrícolas fiquem mais suscetíveis de ser afetados. Ainda na Candosa, fez uma abordagem ao complexo turístico ali existente, assunto que já havia sido por si abordado em sede do Executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira. Referiu que, finalmente, este equipamento será explorado, manifestando a sua satisfação por esse facto. Todavia, sublinhou que foi opção da Junta de Freguesia proceder à demolição da piscina ali existente, considerando que esta decisão deveria ter sido devidamente ponderada. Salientou a existência de pareceres técnicos que indicavam que a estrutura apresentava risco de ruína, mas considerou que poderia ter sido equacionada uma solução alternativa que permitisse preservar a piscina. Todavia, referiu que terá de ser elaborado um projeto de alteração, o qual ficará sujeito à aprovação do Município, salientando que a sua intervenção teve apenas o propósito de apresentar uma sugestão.----------

-----De regresso ao centro de Vila Nova do Ceira, fez referência ao Hotel do Mel, assunto anteriormente abordado, referindo que este equipamento constitui também uma preocupação,

sobretudo perante a possibilidade de o investimento vir a ser vendido a um investidor, eventualmente ligado ao setor hoteleiro. Salientou que, nesse processo, não será imposta qualquer condição quanto à finalidade a dar ao equipamento, podendo o mesmo vir a ter uma utilização diferente da destinada ao alojamento hoteleiro. Renovou, assim, a sua preocupação relativamente ao destino que poderá ser dado a este investimento, tendo em consideração todos os trâmites pelos quais passou o processo desde a sua génese.----------

-----Descendo ao ramal, referiu ter constatado que o imóvel do antigo lagar ali existente se encontra em recuperação, manifestando, contudo, a sua surpresa ao verificar que o mesmo se encontra à venda. Face ao exposto, e na qualidade de eleito, assumindo a responsabilidade inerente ao cargo para o qual foi eleito, considerou que esta é uma situação que merece ser objeto de reflexão e discussão. Salientou que se trata de uma matéria preocupante, referindo que, só em Vila Nova do Ceira, existem atualmente cerca de 25 habitações para venda. Considerou importante procurar perceber as razões que levam alguns proprietários a deixar a sua área de residência, referindo que parte destes são cidadãos estrangeiros. Sublinhou que, naturalmente, cada pessoa é livre de escolher onde pretende viver, mas considerou que esta realidade poderá indiciar a existência de uma situação que importa compreender e acompanhar.-

-----Terminando esta "viagem virtual" no Caracol, referiu tratar-se igualmente de uma situação que considera frágil, tendo sido informado da existência de um projeto para a realização das obras necessárias. Nesse sentido, questionou o que está previsto no referido projeto, a quem compete a responsabilidade pela execução das obras, quem será o dono da obra e qual a previsão para o respetivo início. Salientou que também nesta intervenção poderá existir um risco semelhante ao verificado na situação da derrocada na EN342-3, nomeadamente devido à infiltração de águas, tendo em conta os problemas existentes ao nível da drenagem. Alertou que, caso esta questão não seja devidamente acautelada, poderá vir a originar uma situação de maior complexidade.----------

-----O senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção referindo que, apesar de o munícipe ter informado que iria dar conta de alguns dos problemas existentes nesta freguesia, importa também realçar que alguns trabalhos já foram entretanto realizados. Alertou, contudo, para o facto de nem todas as situações identificadas serem da competência da Câmara Municipal,

cabendo, nesses casos, à autarquia dar conhecimento das mesmas às entidades competentes, procedimento que tem vindo a ser adotado. Relativamente à ponte do Cerejal, referiu que, a par desta infraestrutura, existe também a ponte da Monteira, salientando que, para intervir nestas duas situações e nos diversos aspetos a elas associados, será necessária a articulação e decisão de várias entidades. Quanto à questão dos regadios, referiu tratar-se igualmente de uma situação que merece atenção, sobretudo pelo facto de, na sequência das últimas intempéries, um deles ter ficado bastante danificado. Salientou que esta e outras situações anteriormente elencadas não são de fácil resolução, atendendo à complexidade dos terrenos onde se encontram. Sublinhou, contudo, que são assuntos devidamente sinalizados, esperando que possam ser devidamente resolvidos durante o presente mandato. Relativamente à situação exposta sobre a pocilga, referiu que o Município acompanha a atividade desenvolvida, em articulação com as demais entidades competentes. Relativamente à valeta, referiu que iria dar indicação aos serviços externos para procederem à verificação da situação, de forma a evitar que a mesma possa causar mais constrangimentos naquela zona. Quanto aos açudes, referiu que a preocupação não se limita aos existentes em Góis e nas praias fluviais, abrangendo também outras zonas do concelho, dando como exemplo a ribeira de Mega. Nesse sentido, informou que já foi dado conhecimento da situação à APA, bem como da posição desta entidade relativamente às diversas situações identificadas e à prioridade atribuída às mesmas. Relativamente à piscina do complexo da Candosa, referiu que a mesma é da competência da Junta de Freguesia, salientando que o estado em que atualmente se encontra resulta, em grande medida, da sua não utilização ao longo de muitos anos. Acrescentou que, caso a piscina se mantivesse em funcionamento, tal poderia representar custos acrescidos para a empresa concessionária. Sublinhou, ainda, que o complexo se encontra dividido entre as habitações e a área destinada ao restaurante/bar, tratando-se, por isso, de espaços com utilizações e características distintas. Relativamente ao Hotel do Mel, referiu que já se havia pronunciado anteriormente sobre o assunto. Quanto ao antigo Lagar, informou que o imóvel se encontra atualmente em recuperação, sublinhando que o investidor é oriundo de Góis e que lhe transmitiu a sua intenção relativamente ao que pretende realizar naquele espaço. Todavia, salientou que, por vezes, os projetos não evoluem conforme inicialmente desejado, devido a diversos fatores que podem

condicionar a sua concretização. No que respeita à obra do Caracol, informou que tanto o projeto como a respetiva execução são da responsabilidade da Câmara Municipal.----------c) O senhor José Carlos Rodrigues Garcia, residente em Vila Nova do Ceira, iniciou a sua intervenção fazendo referência à situação da EN342-3, salientando que, caso não sejam realizados trabalhos antes do período de maior pluviosidade, poderá ocorrer o corte da estrada. Abordou igualmente a questão da sinalização existente na EN 2, junto à Fonte do Soito, dando conta da sinalética atualmente colocada no local. Referiu, ainda, que também na zona do Caracol deveria ser reforçada a sinalização, nomeadamente através da colocação de sinais refletores, de forma a alertar os condutores para a perigosidade existente naquela zona, designadamente devido à barreira. Relativamente ao incêndio recentemente ocorrido, referiu ter-se deslocado ao local, onde constatou que algumas máquinas se encontravam a realizar trabalhos. Considerou, contudo, que seria importante proceder igualmente à reparação dos aceiros e caminhos florestais existentes naquela zona, realçando a necessidade de colocação de nova sinalética, tendo em consideração a perigosidade existente em alguns pontos e a necessidade de alertar os utilizadores para as condições de circulação nesses locais. Ainda no âmbito da área florestal, fez referência aos trabalhos de desbaste realizados no local, alertando para o facto de os sobrantes não terem sido retirados, constituindo, naturalmente, uma fonte de combustível em caso de ocorrência de um incêndio. Por fim, referiu a existência de lixo depositado naquela zona, considerando necessária a adoção de medidas que permitam resolver esta situação. Relativamente à Praia Fluvial das Canaveias, referiu ter verificado a obra ali realizada, considerando que, apesar da celeridade com que foi executada, a mesma já deveria ter sido concretizada há algum tempo. Fez igualmente referência à limpeza da vegetação na EN2, trabalhos que se encontram atualmente em curso. Abordou, ainda, a questão dos projetos do Orçamento Participativo, matéria que tem vindo a ser debatida, salientando a urgência na sua implementação, nomeadamente no que respeita ao miradouro, por se tratar de um dos primeiros projetos vencedores e pela importância que o mesmo poderá representar para a freguesia em termos turísticos. Referiu que o poste existente naquele local se encontra inativo, considerando que deverão ser tomadas diligências junto da entidade competente no sentido de proceder à sua remoção. ----------

-----Relativamente aos eventos realizados, referiu que, durante o verão, são promovidas diversas iniciativas que atraem muitos visitantes ao concelho. Contudo, salientou a importância de garantir uma afluência mais regular ao longo de todo o ano, considerando necessário promover, cada vez mais, outros eventos que contribuam para manter este fluxo de visitantes de forma contínua. Acrescentou que deverão igualmente ser desenvolvidas diligências junto do comércio local, de modo a evitar que muitos estabelecimentos encerrem simultaneamente, situação que, na sua perspetiva, em nada favorece quem visita o concelho.----------

-----O senhor Vice-Presidente relativamente à sinalética na zona indicada, referiu que iria proceder à verificação das situações apontadas. Quanto à limpeza dos caminhos florestais, informou que os mesmos serão alvo de intervenção. Relativamente à deposição de lixo no Vale da Lapa, referiu que a intenção será criar um ecocentro, permitindo aos cidadãos proceder à deposição de resíduos volumosos naquele local. Sobre a situação relacionada com os trabalhos de desbaste, referiu desconhecer a situação, bem como a identidade do proprietário do terreno, elementos que serão necessários apurar para que possa ser promovida a limpeza e remoção dos sobrantes. No que respeita às obras realizadas na Praia Fluvial das Canaveias, explicou que as mesmas apenas puderam ser executadas durante o período em que o caudal do rio apresentava níveis mais baixos. Relativamente à limpeza do excesso de vegetação, salientou que nem sempre é fácil garantir a disponibilidade das empresas no período pretendido para a realização dos trabalhos. Quanto ao poste existente junto ao futuro miradouro, referiu que o Município irá desenvolver as necessárias diligências junto da empresa responsável. Acrescentou que, relativamente à zona afetada pelo incêndio, já foi realizado o levantamento da sinalética existente, tendo em vista a respetiva reposição. Relativamente aos eventos, referiu que são promovidas atividades ao longo de todo o ano, verificando-se, naturalmente, uma maior afluência de visitantes durante o verão, por se tratar do período em que a maioria das pessoas goza férias e se desloca ao concelho. Considerou, contudo, importante que, durante o restante período do ano, se consiga igualmente atrair visitantes. Lembrou que são promovidas e devidamente divulgadas diversas atividades, quer pelo Município, quer pelas instituições parceiras, reconhecendo, contudo, que nem sempre é fácil assegurar a participação dos munícipes. Sublinhou, por isso, a importância do envolvimento da população, enquanto fator

essencial para o sucesso e dinamização das iniciativas promovidas no concelho.----------
-----Dada a palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira referiu que o terreno onde foi efetuado o desbaste do arvoredo é propriedade da Junta de Freguesia, tendo já dado indicações aos serviços para procederem à remoção dos sobrantes. Salientou que estes não foram retirados imediatamente após a realização dos trabalhos de desbaste devido à insuficiência de maquinaria disponível para o efeito.----------
----d) A senhora Lídia Raquel Duarte José, residente em Vila Nova do Ceira, primeiramente dirigiu um agradecimento ao Executivo pela realização da presente reunião em Vila Nova do Ceira, salientando que esta permite aos munícipes da freguesia terem a oportunidade de apresentar e colocar à consideração alguns assuntos de interesse para a comunidade local.----------
-----Na sequência do incêndio ocorrido no passado fim de semana, aproveitou para dirigir um agradecimento aos bombeiros, aos populares e às entidades de proteção civil pela presença e atuação no terreno, bem como pelo trabalho de prevenção desenvolvido pela Câmara Municipal, nomeadamente na retirada da população das aldeias afetadas. De igual modo, agradeceu ao trabalhador da ADESA pelo trabalho desenvolvido, que considerou particularmente difícil, mas essencial para assegurar a mobilidade dos meios de combate ao incêndio e para a criação de linhas de corte de fogo, contribuindo para reduzir a propagação das chamas. Salientou que este trabalho se prolongou até ao dia de hoje, com a realização de intervenções destinadas a melhorar alguns dos aceiros existentes em toda a zona, tendo sido devidamente acompanhado pelo senhor Adjunto do Comando, reconhecendo o mérito do trabalho realizado. Ainda relativamente ao incêndio, referiu que são muitos os que têm manifestado o seu agradecimento pelo trabalho desenvolvido, mas também algumas preocupações decorrentes da situação após o incêndio, nomeadamente a necessidade de limpeza das valetas e de verificação da operacionalidade das bocas de incêndio. Alertou igualmente para a necessidade de reposição da barreira que ruiu na EN2, em Passô, junto ao tanque ali existente, salientando que o local requer especial cuidado na circulação e que a intervenção deverá ser realizada com a maior brevidade possível. Por fim, referiu que, em Vale de Oleiras, uma habitação ficou temporariamente sem fornecimento de energia elétrica na sequência do incêndio, tendo sido de imediato tomadas medidas para reposição da situação. Salientou que o fornecimento foi restabelecido com bastante celeridade,

agradecendo, por isso, a prontidão demonstrada na resolução do problema.----------
-----O senhor Vice-Presidente relativamente à limpeza das valetas referiu que, naturalmente, terá que ser prioritária, sendo que quanto às bocas de incêndio já foram todas estas verificadas estando operacionais. Sobre o desmoronamento da barreira na EN2 referiu que a responsabilidade é do proprietário e não do Município. Sobre a questão do munícipe que ficou sem rede elétrica referiu que a sua pessoa o contactou informando que iriam ser tomadas as medidas junto da empresa para que a situação fosse reposta com celeridade, o que veio a acontecer, situação semelhante ocorrido na localidade de Campelo.----------
----d) O senhor João Paulo Garcia, residente em Vila Nova do Ceira, sobre a limpeza do Vale da Lapa, referiu que, na qualidade de dirigente da AFG, a conclusão dos trabalhos não foi possível devido ao aviso emitido que determinava a impossibilidade de utilização de maquinaria após as 11h00. Acrescentou que, após o final do mês de junho, os sapadores florestais passam a estar em regime de prevenção, não podendo, por esse motivo, executar determinados trabalhos de limpeza. Salientou, ainda, que o período de temperaturas extremamente elevadas condicionou a realização de alguns dos trabalhos previstos. Referiu que o projeto tinha como data prevista para conclusão o dia 30.06.26, tendo, contudo, face às condições climatéricas verificadas, sido prorrogado até ao final do corrente ano. Relativamente à defesa do território, referiu que esta é uma matéria da qual, muitas vezes, apenas nos recordamos quando se aproxima o período mais crítico, dando como exemplo a realização do Rally e a ocorrência de incêndios. Salientou que, após esses períodos, estas questões tendem a cair no esquecimento até à ocorrência de uma nova situação que volte a evidenciar os mesmos problemas. Considerou, por isso, tratar-se de uma matéria que deverá merecer uma atenção redobrada e um acompanhamento contínuo, de forma a evitar que, ano após ano, se continuem a verificar situações semelhantes. Ainda no Vale da Lapa, fez alusão à situação que o concelho tem vivido relativamente àquele território, salientando que o processo para a eventual implementação de uma unidade industrial naquele local se tem prolongado no tempo, o que em nada abona em termos económicos para o concelho. Um outro assunto abordado prendeu-se com a possibilidade de, no percurso entre o Ramal e a antiga carpintaria, serem instaladas, pelo menos, três passadeiras elevadas, tendo em consideração a velocidade a que as viaturas circulam naquela via e o consequente risco para os

peões que por ali circulam. Para o efeito, referiu ter identificado e sinalizado os locais onde, eventualmente, poderão ser instaladas as referidas passadeiras.----------

----O senhor Vice-Presidente agradeceu a informação prestada relativamente aos trabalhos realizados no Vale da Lapa, lembrando que o corrente ano é, sem dúvida, aquele em que se verifica uma maior vigilância na floresta do concelho. Relativamente ao Vale da Lapa, referiu existirem dois assuntos distintos: por um lado, a questão dos limites do concelho e, por outro, o processo de licenciamento da unidade empresarial que se pretende instalar naquele local. Recordou que a Câmara Municipal já desenvolveu diligências no sentido de procurar resolver a questão dos limites, encontrando-se o processo a decorrer pela via judicial. Quanto à unidade empresarial, informou que o Município aguarda os respetivos pareceres da CCDRC. No que respeita à questão das passadeiras, informou que a possibilidade apresentada possa vir a ser estudada e concretizada no terreno. Salientou, contudo, que, apesar de esta solução poder não ser a mais confortável, poderá ser a mais viável para assegurar o cumprimento das regras de trânsito e garantir a segurança dos peões.----------

-----A Câmara tomou conhecimento.----------

3 – ORDEM DO DIA----------

3.1 – ATA DA REUNIÃO 09.09.2026 – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia nove de setembro de 2026, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou. ----------

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, a senhor Vice-Presidente, Nuno Miguel Martins Bandeira, não participou na votação por não ter estado presente na anterior reunião. ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. ----------

3.2 – MUNICIPIO DE BRAGA/VOTO SOLIDARIEDADE ÀS VÍTIMAS DA TEMPESTADE KRISTIN – A Câmara tomou conhecimento do Voto de Solidariedade às Vítimas da Tempestade Kristin aprovado na sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Braga, realizada no dia 28 de fevereiro de 2026.----------

-----A Câmara tomou conhecimento.----------

3.3 – ERSAR/REGULAMENTO Nº 1160/2026: REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS – O senhor Vice-Presidente referiu que a ERSAR para conhecimento do Município remeteu o Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas, publicado em DR no p.p. dia 10.09.26. Referiu que o Regulamento tem por objeto as regras respeitantes à definição, ao cálculo, à revisão, à atualização e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação à ERSAR, aplicando-se às entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e de titularidade municipal que prestam serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas em Portugal continental. Mais referiu que os municípios desempenham um papel determinante na prestação destes serviços públicos essenciais e na resposta às necessidades das populações. A definição de tarifários constitui uma das dimensões dessa responsabilidade, exigindo um equilíbrio entre a proteção dos utilizadores, a sustentabilidade dos serviços e a capacidade de responder aos desafios futuros. Neste contexto, o novo enquadramento regulamentar procura reforçar a transparência, a previsibilidade e a consistência da regulação tarifária, contribuindo para uma maior confiança dos utilizadores e para a sustentabilidade dos serviços. O RTA entra em vigor no prazo de 30 dias e prevê um período de transição: até 1 de janeiro de 2029, as entidades gestoras devem adequar os seus tarifários às regras de incidência e estrutura tarifária previstas no Título III; as regras do Título IV aplicam-se no período regulatório que se inicie em simultâneo ou após essa adequação; podem ainda revelar-se necessárias adaptações posteriores dos regulamentos de serviço e dos contratos relativos à gestão dos serviços, nos termos da lei. A versão agora publicada resulta de um processo participado, que incluiu a consulta ao Conselho Tarifário e um período de consulta pública, no âmbito dos quais foram analisados e ponderados os contributos apresentados por cidadãos, entidades gestoras, municípios, associações e demais entidades interessadas, refletindo o compromisso da ERSAR com uma regulação aberta e transparente. A implementação do RTA constitui uma etapa particularmente relevante para o setor. A ERSAR pretende desenvolvê-la em estreita articulação com os municípios e com as restantes entidades do setor, promovendo o diálogo, o esclarecimento e a partilha de conhecimento necessários a uma aplicação consistente e gradual do Regulamento. ----------

-----Relativamente ao Regulamento, deu conta de alguns dos artigos nele constantes,

nomeadamente no que concerne às diversas tarifas que serão aplicadas. Referiu que a implementação do referido Regulamento no concelho será da competência da APIN, esperando que este documento constitua uma ferramenta destinada a regular o consumo e o desperdício de água, promovendo a sua utilização responsável e sustentável. Salientou que a água é um bem essencial à vida e à saúde, pelo que considera fundamental incentivar a sua preservação e promover uma utilização racional, evitando o consumo excessivo e o desperdício.----------

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que a recente publicação pela ERSAR o novo Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas introduz alterações relevantes na forma como serão estruturadas e determinadas as tarifas de abastecimento de água e saneamento. O regulamento procura harmonizar os tarifários a nível nacional e assegurar a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas, mas consagra igualmente princípios particularmente importantes para um território como o nosso: a acessibilidade económica, a estabilidade e previsibilidade das tarifas e a solidariedade económica e social. Existe um período de transição, até 1 de janeiro de 2029, para adaptação às novas regras de incidência e estrutura tarifária, pelo que não estamos perante uma alteração imediata. Mas parece-me que devemos aproveitar precisamente este período para perceber antecipadamente quais poderão ser as consequências para os consumidores do concelho de Góis. Num território de baixa densidade, com grande dispersão populacional e uma extensa rede para servir relativamente poucos consumidores, a aplicação de um modelo assente na recuperação dos custos pode colocar desafios particulares que importa conhecer e acompanhar. Por isso, referiu que gostaria de saber se o Município ou a APIN já fizeram alguma análise preliminar do impacto deste novo Regulamento e, designadamente, se existe alguma estimativa sobre a evolução que poderá resultar para as tarifas de água e saneamento aplicáveis no nosso concelho. Não se trata de antecipar que este Regulamento determinará necessariamente aumentos de preços, mas sim, de garantir que o Município acompanha desde o início esta transição, avalia os seus efeitos e defende, no âmbito da entidade gestora, um modelo tarifário que concilie a necessária sustentabilidade do serviço com a capacidade económica das famílias e com as especificidades dos territórios de baixa densidade.----------

----O senhor Vice-Presidente referiu que a APIN acompanhou as várias fases do processo de

elaboração do Regulamento, salientando que deverá ser tida em consideração a preocupação manifestada na intervenção do Senhor Vereador, no sentido de não poderem existir «dois pesos e duas medidas». Sublinhou que as dificuldades existentes estão, em grande medida, relacionadas com a dimensão e as características do território, considerando que territórios como o de Góis deverão merecer um tratamento diferenciado. Acrescentou que o próprio Regulamento prevê mecanismos de apoio destinados a estes territórios. Referiu, contudo, não dispor, neste momento, de informação suficiente para prestar esclarecimentos relativamente a um eventual aumento do tarifário para os consumidores, salientando que esta é uma matéria que deverá ser devidamente acompanhada.----------

-----A Câmara tomou conhecimento.----------

3.4 - LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/3 – Foi presente a informação da DOUPA, datada de 17/09/2026, relativa ao Processo Nº 2026/450.10.064/3. ----------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade: ----------

----a) A homologação do auto de vistoria. ----------

----b) A aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o nº3, do artigo 57.° da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, na atual redação, com notificação ao comunicante do auto de vistoria, depois de homologado. ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. ----------

3.5 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/7 – Foi presente a informação da DOUPA, datada de 04.09.2026, relativa ao Processo Nº 2026/450.10.064/7. ----------

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade: ----------

----a) A homologação do auto de vistoria. ----------

----b) A aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o nº3, do artigo 57.° da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, na atual redação, com notificação ao comunicante do auto de vistoria, depois de homologado.----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

3.6 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/9 – Foi presente a informação da DOUPA, datada de 17.09.2026, relativa ao Processo Nº 2026/450.10.064/9. ----------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade: ----------

-----a) A homologação do auto de vistoria. ----------

-----b) A aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o nº3, do artigo 57.° da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, na atual redação, com notificação ao comunicante do auto de vistoria, depois de homologado.----------

-----c) A realização de nova vistoria ao estabelecimento de Alojamento Local em causa, com vista à verificação da regularização dos requisitos em falta, identificados no respetivo auto de vistoria, concedendo-se, para o efeito, o prazo de 30 dias para o seu suprimento. ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. ----------

3.7 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/10 – Foi presente a informação da DOUPA, datada de 17.09.2026, relativa ao Processo Nº 2026/450.10.064/10. ----------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade: ----------

-----a) A homologação do auto de vistoria. ----------

-----b) A aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o nº3, do artigo 57.° da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, na atual redação, com notificação ao comunicante do auto de vistoria, depois de homologado.----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos ----------

3.8 – ESTUDO PRÉVIO DA EMPREITADA DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DA SAMOURA PARA ESPAÇO COWORKING COM USO INDUSTRIAL E SERVIÇOS – Foi presente a informação da DOUPA, datada de 17.09.2026, referente ao processo 2024/300.10.005/116. -----

----O senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo aos senhores Vereadores a compreensão do envio das peças desenhada após a data limite do envio dos documentos para a presente reunião, dando conta que o gabinete de arquitetura só as disponibilizou na passada sexta feira. ----------

-----Continuou referindo que a elaboração do estudo prévio das obras de projeto de recuperação da antiga escola da Samoura com uso industrial e serviço, vem dar resposta a uma necessidade da comunidade, criando a instalação de um espaço Coworking com uso industrial e serviço, é da autoria da empresa Bruno Alvarinhas, Lda. e vem dar resposta a uma necessidade da comunidade, criando a instalação de um espaço de Coworking do concelho de Góis. ----------

-----Referiu ainda que o que se pretende com este projeto é submeter uma candidatura de financiamento no âmbito do Aviso de Concurso Centro2030-2025-37, integrando o PRPI-Programa de Revitalização do Pinhal Interior. ----------

----A intervenção tem como objetivo a reabilitação funcional do edifício existente, permitindo a sua utilização como espaço de pequena produção artesanal, designadamente para o fabrico de sabonetes e produtos similares, bem como de outros produtos compatíveis com os equipamentos e infraestruturas a instalar. Mais referiu que já houve duas manifestações de interesse, sendo que esta utilização poderá ser mais abrangente. A operação contempla essencialmente a adaptação do espaço interior existente, a melhoria das instalações sanitárias, o encerramento do antigo alpendre posterior, a substituição da cobertura do alpendre, a criação de uma área complementar destinada a armazém e apoio à atividade, a instalação de equipamentos e bancadas adequados à pequena produção artesanal e a melhoria das condições de funcionalidade, higiene, segurança e utilização do edifício. A estimativa orçamental prevista para este projeto é de 300.000,00€ (trezentos mil euros) acrescido de iva (6%) com a previsão de execução em 9 meses. ----------

-----Face ao exposto propôs ao executivo a aprovação do estudo prévio da empreitada "OBRAS DE ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DA SAMOURA PARA ESPAÇO COWORKING COM USO INDUSTRIAL E SERVIÇOS", ao abrigo do artigo 43.º do CCP. ----------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o estudo prévio da empreitada "OBRAS DE ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DA SAMOURA PARA ESPAÇO COWORKING COM USO INDUSTRIAL E SERVIÇOS". ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. ----------

3.9 – ESTUDO PRÉVIO DA EMPREITADA DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO ANTIGO HOSPITAL DE GÓIS PARA ESPAÇO COWORKING – Foi presente a informação da DOUPA, datada de 17.09.2026 referente ao processo MGD 2024/300.10.005/113. ----------

-----O senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção renovando o seu agradecimento aos senhores Vereadores pela compreensão do envio das peças desenhada após a data limite do envio dos documentos para a presente reunião, dando conta que o gabinete de arquitetura só as disponibilizou na passada sexta feira. ----------

-----Continuou referindo que a elaboração do estudo prévio das obras de projeto de obras de recuperação do Antigo Hospital para espaço Coworking com uso industrial e serviço, é da autoria da empresa Bruno Alvarinhas, Lda. e vem dar resposta a uma necessidade da comunidade, criando a instalação de um espaço de Coworking do concelho de Góis. ----------

-----Referiu ainda, tal como o projeto do ponto anterior, o que se pretende com este projeto é submeter uma candidatura de financiamento no âmbito do Aviso de Concurso Centro2030-2025-37, integrando o PRPI-Programa de Revitalização do Pinhal Interior. A área total de intervenção é de 1003,23m2 e estimativa orçamental prevista para este projeto é de 1.585.710,00€ (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dez euros) acrescido de iva (6%) com a previsão de execução em 18 meses.----------

-----Face ao exposto propôs ao executivo a aprovação do estudo prévio da empreitada "OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO ANTIGO HOSPITAL DE GÓIS PARA ESPAÇO COWORKING ", ao abrigo do artigo 43.º do CCP, condiciona a ao parecer a ser emitido pela entidade Património Cultural, I.P., uma vez que o imóvel onde se pretende intervir se encontra localizado em Zona de Proteção de Imóvel Classificado. ----------

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia relativamente relativamente aos dois estudos prévios para a criação de espaços de coworking no antigo Hospital de Góis e na antiga Escola da Samoura, acompanhamos a sua aprovação e consideramos positiva a recuperação e valorização destes dois edifícios municipais. Estamos perante investimentos com uma dimensão significativa: cerca de 1,58 Mio€ no antigo hospital, com um prazo de execução previsto de 18 meses, e 300m€ na antiga Escola da Samoura, com um prazo de 9 meses, ambos destinados a candidatura ao CENTRO 2030. No caso do antigo Hospital, parece-nos particularmente

interessante que o projeto não se limite ao coworking tradicional. A dimensão do edifício e a sua localização privilegiada no centro da vila permitem acolher diferentes funções e criar um verdadeiro polo de atividade, empreendedorismo, formação e criatividade. O próprio estudo prevê áreas de coworking, sala multiusos, oficina de artesanato e outras valências, procurando ainda estabelecer uma relação com a Praça da República e com os equipamentos envolventes. Na Samoura encontramos uma proposta diferente, designada como "coworking com uso industrial e serviços", que poderá representar uma interessante especialização deste espaço. Há, contudo, uma questão que consideramos essencial. Góis já dispõe de um espaço municipal de coworking. Seria importante conhecermos os seus níveis de utilização e percebermos qual a procura que sustenta a criação de mais dois espaços e, sobretudo, como se pretende diferenciar e articular estas três respostas. E talvez seja precisamente aqui que devamos ser mais ambiciosos. Estes equipamentos não devem ser pensados apenas como espaços físicos onde disponibilizamos gabinetes, mesas e acesso à internet. Devem constituir instrumentos de atração de pessoas, empresas, conhecimento e investimento para o concelho. Nesse sentido, consideramos que o Município deveria desde já procurar estabelecer parcerias com instituições com experiência reconhecida nesta área, designadamente com o Instituto Pedro Nunes, com a Universidade de Coimbra e também com outras instituições de ensino superior da região. Essas parcerias poderiam contribuir para programas de incubação e aceleração, apoio a novos empreendedores, transferência de conhecimento, formação e ligação entre empresas, estudantes e investigadores. Gostaríamos ainda de conhecer qual o financiamento comunitário previsto para cada uma das operações, qual será a contrapartida efetiva do Município e que modelo de gestão e custos futuros de funcionamento estão a ser considerados. Acompanhamos, portanto, estes estudos prévios, mas entendemos que o desafio começa verdadeiramente depois da obra, pois o sucesso destes investimentos será medido pela atividade económica, pelo emprego, pelas empresas e pelas pessoas que conseguirmos trazer e fixar em Góis.----------

-----O senhor Vice-Presidente que o espaço onde atualmente funciona o Espaço Coworking é utilizado assiduamente, salientando que, apesar de reunir algumas condições, não dispõe das condições ideais para responder às necessidades existentes. Nesse sentido, e perante a possibilidade de obtenção de um financiamento na ordem dos 850 mil euros, referiu que foi

ponderada a oportunidade de aliar esta necessidade à criação de um espaço mais abrangente, não se limitando a um mero espaço de coworking, mas assumindo-se como um imóvel municipal estratégico. Considerou que o referido imóvel deverá reunir condições que permitam a sua disponibilização à população e às instituições, integrando a rede de Espaços Coworking da região, na sequência do protocolo celebrado com várias instituições. Sublinhou que o espaço poderá ser utilizado para diferentes finalidades e objetivos, respondendo às diversas necessidades do território. Concluiu referindo que Góis reúne condições para atrair pessoas, manifestando a expectativa de que este projeto possa tornar-se uma realidade o mais brevemente possível, por considerar que constituirá uma mais-valia para a vila e, consequentemente, para todo o território de Góis.----------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o estudo prévio da empreitada "OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO ANTIGO HOSPITAL DE GÓIS PARA ESPAÇO COWORKING ", condicionado ao parecer da entidade Património Cultural, I.P. ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. ----------

3.10 – LICENCIAMENTO OU COMUNICAÇÃO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO/PROCESSO Nº 2024/450.10.204/114/ EMISSÃO DE PARECER – Foi presente a informação da DOUPA datada de 09.09.2026, referente ao processo de "Obras de Construção de Miradouro de Cortecega ", projeto financiado pela Linha +Interior Turismo. ----------

-----O senhor Vice-Presidente deu conta que a CCDRC emitiu a Parecer Desfavorável - vinculativo, datado de 03/10/2025, dando a possibilidade ao requerente de apresentar as devidas alegações no período de audiência de interessados. Referiu ainda que nesse sentido, decorreu no pp dia 11.11.2025 uma reunião por videoconferência com o representante da entidade requerente, Presidente da Junta de Freguesia de Góis, Pedro Nogueira, a representante da CCDRC, Engª Eugénia Matias e a representante da Câmara Municipal de Góis, Arqª Marina Pais, Chefe da DOUPA, na qual concluíram que existem duas possibilidades para viabilizar a construção de um miradouro naquela localização e que passará pela reformulação da proposta para o miradouro de modo a que não existam fundações ou o Município proceder a uma alteração simplificada da Reserva Ecológica Nacional, uma vez que o projeto apresentado pela requerente viola o Plano Direto Municipal. ----------

-----Usou da palavra o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo que este processo merece alguma reflexão, sobretudo pela demora que já acumula. Mais referiu compreender o parecer desfavorável agora proposto pelos serviços municipais, uma vez que a proposta que continua formalmente em apreciação é aquela sobre a qual a CCDR emitiu parecer negativo, atendendo à localização em área de Reserva Ecológica Nacional. No entanto a própria informação demonstra que este constrangimento não é propriamente uma novidade nem é um problema para o qual não tenha sido apontada uma solução. Referiu ainda que em 11 de novembro de 2025, numa reunião que juntou a Junta de Freguesia de Góis, a Câmara Municipal e a CCDR, foram identificados dois caminhos possíveis: a reformulação do projeto do Miradouro, de modo a que não existam fundações, ou uma alteração simplificada da REN e que nessa mesma reunião, a Junta de Freguesia manifestou intenção de reformular a proposta. Por isso, quase um ano depois, é difícil compreender que essa reformulação ainda não conste do processo e que se esteja agora a apreciar uma proposta de parecer desfavorável sobre um projeto que já se sabia necessitar de alteração. ----------

-----Continuou dando conta que o Miradouro de Cortecega parece-nos um projeto com interesse para a valorização paisagística e turística daquela zona e, precisamente por isso, entendemos que não deve permanecer indefinidamente condicionado por uma reformulação que já deveria ter sido concretizada, esperando que o Município preste o necessário acompanhamento técnico e mantenha a articulação com a CCDR. Referiu ainda que é igualmente legítimo exigir maior diligência à Junta de Freguesia de Góis, para que apresente rapidamente uma solução compatível com as condicionantes identificadas e permita finalmente fazer avançar este projeto.----------

-----O senhor Vice Presidente lamenta efetivamente a demora, uma vez que se trata de um processo meramente administrativo, estando convicto que neste hiato de tempo a junta de freguesia certamente não ficou parada e tomou as diligências necessárias para que este projeto seja uma realidade.----------

-----Face ao exposto foi proposto a emissão de Parecer Prévio (não vinculativo) Desfavorável, ao abrigo do nº 2 do artigo 7º do RJUE, e informar o requerente do resultado da audiência de interessados ocorrida a 11/11/2025. ----------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer prévio desfavorável ao processo de "Obras de Construção de Miradouro de Cortecega" e notificar o requerente da possibilidade de apresentar uma nova proposta reformulada, que respeite as condicionantes impostas pela REN. ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. ----------

3.11 – CONCEÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AUTO CONSUMO FOTOVOLTAICA NAS INSTALAÇÕES DO PARQUE MUNICIPAL DE GÓIS/ ABERTURA DE PROCEDIMENTO - O senhor Vice-Presidente informou que se pretende iniciar um procedimento para a conceção, instalação, operação e manutenção de uma unidade de produção de Energia Elétrica para Autoconsumo (UPAC), de natureza fotovoltaica, a instalar no edifício Parque Municipal de Góis. A intenção de instalação de sombreamento tem vários anos, sendo que a oportunidade de o realizar com aproveitamento solar fotovoltaico iniciou-se no ano 2025, na sequência de reuniões de trabalho. Referiu que adotando-se a modalidade de contratação de serviços energéticos, as poupanças devidas ao aumento da eficiência energética vão gerar ganhos económicos capazes de efetuar o pagamento do investimento, neste caso, do sombreamento para veículos e da respetiva unidade de produção. O fluxo financeiro estimado para o contrato, pelo qual se conclui que o mesmo tem valor para o Município na ordem dos 44.202,60 €, no horizonte de 25 anos, sendo o retorno de investimento alcançado, no pior caso, aos 20 anos. A decisão de contratar decorre de várias premissas como a inexistência de recursos internos para satisfazer esta necessidade, havendo, por essa razão, necessidade de se recorrer-se ao mercado; da vantagem financeira para o Município, uma vez que o investimento é efetuado pelo adjudicatário, pelo que o Município efetuará o pagamento com as verbas resultantes da redução da fatura energética do edifício; vantagem para o Município no proveito de sombreamento para veículos sem investimento inicial; Vantagem para o Município pelo aumento do valor patrimonial das instalações "Parque Municipal"; vantagem para o Município na descarbonização dos seus consumos energéticos. O prazo de execução previsto terá a duração de 10 anos. ----------

-----Interveio o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo que estamos perante um investimento significativo que vendo de forma positiva a instalação de produção fotovoltaica

no Parque Municipal, associando a produção de energia renovável ao sombreamento dos veículos e contribuindo para a redução dos consumos energéticos municipais. Mais referiu estar-se perante um investimento estimado em cerca de 95 mil euros, suportado pelo adjudicatário, enquanto o Município assume um contrato de 120 mil euros, acrescido de IVA, durante dez anos. A simulação aponta para um retorno do investimento do adjudicatário em 8,1 anos, enquanto o retorno para o Município apenas é alcançado ao 20.º ano. Assim questionou se foi feita uma análise comparativa com a realização direta do investimento pelo município eventualmente recorrendo a financiamento ou a instrumentos de apoio à eficiência energética. Esta questão é tanto mais pertinente quanto a própria informação refere que não foram realizadas consultas preliminares ao mercado. Referiu ainda que do quadro financeiro importa esclarecer o seguinte: é referido que o pagamento ao adjudicatário será suportado pelas poupanças na fatura energética. Porém, a simulação indica, no primeiro ano, uma despesa de 6.200 euros sem projeto e de 12.500 euros com projeto, sendo que as poupanças efetivas para o Município parecem surgir essencialmente após o termo do contrato. Por outro lado, o benefício acumulado de cerca de 44 mil euros é calculado num horizonte de 25 anos, não considerando uma eventual substituição da bateria próximo do ano 20. Importaria perceber o impacto desse eventual custo na rentabilidade apresentada. Terminou a sua intervenção referindo que acompanham o objetivo do investimento, mas entendem que deve ficar claramente demonstrado que este modelo é economicamente mais vantajoso para o Município do que a realização direta do investimento.----------O senhor Vice-Presidente informou que de momento não existe nenhuma linha de financiamento para este tipo de investimentos, solicitando à Arq. Marina Pais informação adicional.----------

-----Usou da palavra a senhora Chefe de Divisão da DOUPA, que esclareceu que o Município não terá quaisquer encargos com a conceção, instalação ou manutenção dos painéis fotovoltaicos durante o período de 10 anos. Mais informou que a demora na tramitação do processo se deveu, sobretudo, à dificuldade em estabelecer o respetivo valor base, uma vez que este depende do valor do prestador de serviços energéticos que vier a ser selecionado no âmbito do procedimento. Atualmente, o Município tem como fornecedor de energia a EDP para o CPE do Parque Municipal, não sendo, contudo, possível assegurar que esta entidade venha a ser a

adjudicatária do procedimento a lançar. Nesse sentido, foi realizada uma análise com vista à determinação de um valor base, tendo-se estimado o montante de 12.000,00 € anuais que o Município estaria disposto a pagar por ano para obter este tipo de serviços. Referiu ainda que, pela primeira vez, será adotada a modalidade de concurso limitado por prévia qualificação, considerando que a DGEG dispõe de prestadores de serviços energéticos certificados para a execução deste tipo de instalações. Mais esclareceu que, futuramente, a instalação de autoconsumo poderá evoluir para uma Comunidade de Energia Renovável (CER), permitindo que a energia excedente seja utilizada noutros edifícios municipais ou, eventualmente, integrada na CER da CIM-RC, da qual o Município faz parte. Por fim, relativamente às questões de natureza mais técnica suscitadas, informou que solicitará a análise do Engenheiro Eletrotécnico, remetendo posteriormente os respetivos esclarecimentos ao senhor Vereador. ----------

-----Face ao exposto propõe-se à Câmara Municipal o encaminhamento do procedimento à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da repartição plurianual dos encargos decorrentes da execução do contrato, nos termos legalmente aplicáveis, no valor de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal aplicável, com a seguinte repartição de encargos de 12.000,00€ (doze mil euros) por ano no período de 2027 a 2036. ------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter o presente assunto para autorização da Assembleia Municipal. ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. ----------

3.12 – RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DE GÓIS - PROPOSTA DE REDUÇÃO DO PAGAMENTO A DOCENTE | ANO LETIVO 2026/2027 - Foi presente a informação da DDESC datada de 17/09/2026 a dar conta do pedido efetuado por um docente colocado no Agrupamento de Escolas de Góis, no âmbito do seu alojamento na Residência de Estudantes, tendo o senhor Vice-Presidente solicitado à senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves a apresentação de deste assunto. ----------

-----Usou da palavra a senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves que à semelhança dos anos letivos anteriores e sempre que solicitado o apoio à Câmara Municipal, a Residência de Estudantes disponibiliza o alojamento a docentes que são de longe, como é o caso do requerente, que possui em Lisboa, encontrando-se, por conseguinte, impossibilitado de se deslocar

diariamente para lecionar a disciplina de História no Agrupamento de Escolas de Góis. Referiu ainda que o concelho de Góis, à semelhança de outros territórios do interior, apresenta dificuldades no acesso a habitação por arrendamento, e a atual taxa de ocupação da Residência de Estudantes está significativamente abaixo da sua capacidade, tendo sido admitidos, para o corrente ano letivo, 3 alunos. Mais referiu que o acolhimento de um docente nesta estrutura constitui uma mais-valia para a promoção do sucesso escolar dos alunos que frequentam a sala de estudo, uma vez que o docente se disponibilizou a assegurar o respetivo apoio e acompanhamento pedagógico aos jovens. ----------

-----Continuou a sua intervenção dando conta que o Regulamento Interno da Residência de Estudantes é omisso relativamente à utilização deste espaço por profissionais da área da educação, enquadrando-se o pedido efetuado no artigo 29º do respetivo regulamento, isto é grupos indiferenciados com os seguintes valores: alojamento -19,71€, almoço ou jantar – 9.25€ e pequeno almoço – 2.93€. Mais referiu que estes valores seriam incomportáveis para o Docente, considerando que o mesmo não deixa de ter despesas na sua residência de origem, sendo também uma mais valia para o Agrupamento de Escolas assegurar a sua permanência, não deixando os alunos sem professor até à ocupação do lugar por um substituto. ----------

-----Face ao exposto e conforme articulado com a Dra. Fátima Martins, diretora da Residência de Estudantes de Góis, propõe-se, com efeitos a 21 de setembro de 2026, a redução em 50% dos valores diários previstos para grupos indiferenciados, conforme o disposto no artigo 29º do Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais o que se traduz no pagamento dos seguintes valores diários: alojamento: 9.85€; jantar: 4.62€; pequeno almoço: 1,46€. ----------

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade anuir à proposta apresentada.-

3.13 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E CAPITAL ----------

-----O senhor Vice-Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes e de capital, datado do dia dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, cujo documento constitui o Anexo I da presente Ata. ----------

-----Transferências Correntes: ----------

-----a) Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 235,64€,

relativo ao Projeto 131: Parque de Máquinas Intermunicipal – Componente Variável – ano 2025.-

-----**b) Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 441,41€, relativo ao Projeto 177: Programa Inovação Social EKUI .----------

-----**c) Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 2050,44€, relativo ao Projeto 147: FIREPOCTEP+ promoção de paisagem resiliente aos grandes incêndios florestais.----------

-----**d) Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 4884,72€, relativo ao Projeto 214: Promoção Integrada dos Produtos Turísticos 2030.----------

-----**e) ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 15.000,00€, relativo à candidatura para Funcionamento e manutenção corrente da Associação 2026.----------

-----**Transferências de Capital:** ----------

-----**a) Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 6000,00€ relativo às Obras de reparação do telhado do quartel dos Bombeiros – edifício II. ----------

-----Em conformidade com a alínea c), do nº 1, do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia não participa na votação. ----

-----**b) FREGUESIA DE ALVARES** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ para Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.----------

-----**c) UNIÃO DE FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ para Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia. ----------

-----**d) FREGUESIA DE GÓIS** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ para Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia. ----------

-----**e) FREGUESIA DE VILA NOVA DO CEIRA** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ para Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia. ----------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. ----------

3.14 – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2026 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA – O senhor Presidente referiu que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 29.12.2025, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 500.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.06.2026 e 31.08.2026.----------

-----A Câmara tomou conhecimento.----------

3.15 – RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO (ROC)/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DO 1.º SEMESTRE DE 2026 – A Câmara tomou conhecimento do presente Relatório Semestral sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao 1.º semestre de 2026, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas, empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de

Revisores Oficiais de Contas, S.A., em cumprimento com o disposto na alínea d) do artigo nº 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação. ----------

-----Interveio o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo que este relatório confirma uma situação financeiramente e globalmente sólida do município, liquidez elevada, endividamento reduzido, ausência de pagamentos em atraso, investimento homologo da receita. No entanto essa situação financeira confortável contrasta com uma execução ainda reduzida do investimento municipal, particularmente no que diz respeito na aquisição de bens de capital, sendo precisamente esse contraste que no nosso entendimento deve merecer reflexão, porquanto o problema do município não é falta de recursos financeiros, mas a capacidade de transformar os recursos disponíveis em investimentos efetivamente realizados no território. Mais referiu que, no documento está plasmado que o atraso dos investimentos possa ser recuperado até ao final do exercício, mas sendo este documento de junho, a ser apresentado agora no final de setembro, será importante perceber que investimentos concretos sustentam ou sustentavam esta expectativa do ROC, questionando se na presente data existe capacidade operacional para executar os investimentos até ao final do ano.----------

-----O senhor Vice-Presidente informou que a execução é uma preocupação, sendo objetivo uma execução superior ao ano anterior. Referiu ainda que a tempestade Kris*tin* não permitiu a execução de trabalhos e projetos lançados para concretizar no primeiro semestre, no entanto, muitos já foram realizados. Continuamos a lançar mais procedimentos e temos chamado atenção dos serviços municipais para a celeridade dos processos, sendo nosso objetivo chegar ao final do ano com uma taxa de execução superior à do ano anterior. ----------

3.16 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e um de setembro do ano em curso, no montante de cinco milhões, oitocentos e quinze mil, trezentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos.---

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/3; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/7; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/9; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/10; ESTUDO PRÉVIO DA EMPREITADA DAS OBRAS DE

ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DA SAMOURA PARA ESPAÇO COWORKING COM USO INDUSTRIAL E SERVIÇOS; ESTUDO PRÉVIO DA EMPREITADA DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO ANTIGO HOSPITAL DE GÓIS PARA ESPAÇO COWORKING; LICENCIAMENTO OU COMUNICAÇÃO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO/PROCESSO Nº 2024/450.10.204/114/EMISSÃO DE PARECER; CONCEÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AUTO CONSUMO FOTOVOLTAICA NAS INSTALAÇÕES DO PARQUE MUNICIPAL DE GÓIS/ABERTURA DE PROCEDIMENTO; RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DE GÓIS - PROPOSTA DE REDUÇÃO DO PAGAMENTO A DOCENTE | ANO LETIVO 2026/2027; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E CAPITAL.----------

-----O senhor Vice-Presidente terminou os trabalhos, renovando, em nome da Câmara Municipal, o seu agradecimento pela disponibilidade para acolher a presente reunião e por esta se realizar nesta Freguesia, salientando que a Câmara Municipal tudo fará para que as preocupações e necessidades manifestadas pelos munícipes possam, dentro das suas competências e possibilidades, vir a ser resolvidas, procurando dar resposta às questões apresentadas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.----------

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.----------

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, A Secretária,

_____ _____